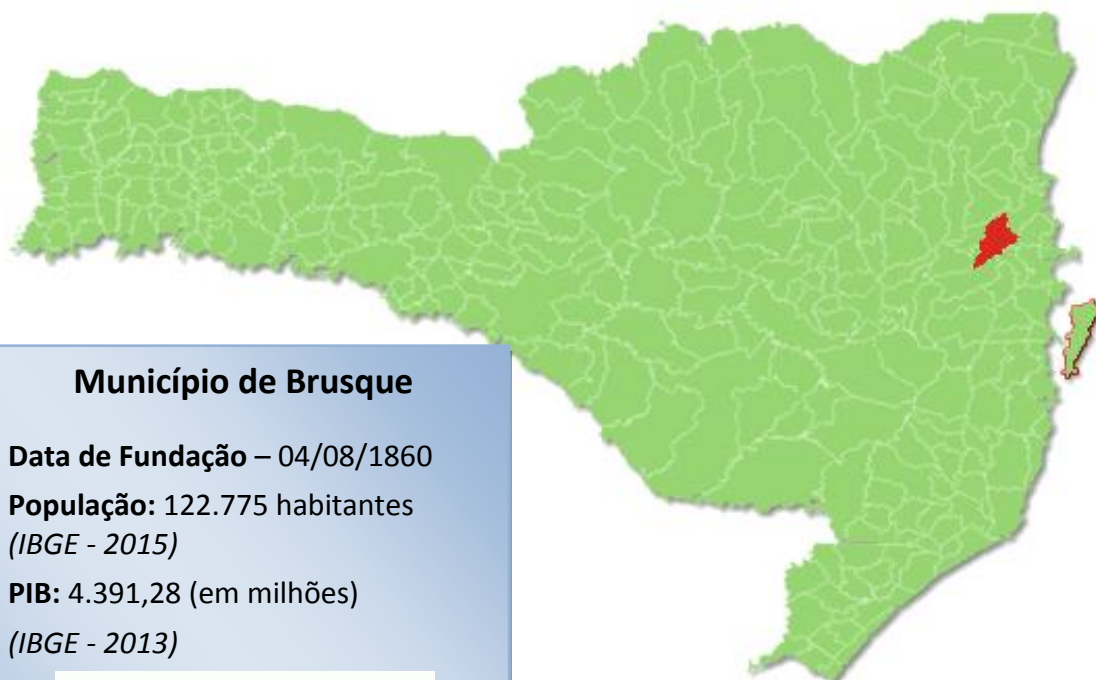


TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2015



Município de Brusque

Data de Fundação – 04/08/1860

População: 122.775 habitantes
(IBGE - 2015)

PIB: 4.391,28 (em milhões)
(IBGE - 2013)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	5
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	6
3.1. Apuração do resultado orçamentário	7
3.2. Análise do resultado orçamentário	8
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	9
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	16
4.1. Situação Patrimonial	16
4.2. Análise do resultado financeiro	17
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos	18
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	21
4.4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência	24
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	26
5.1. Saúde	27
5.2. Ensino	28
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	28
5.2.2. FUNDEB	30
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	33
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	33
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	34
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	36
6. CONSELHOS MUNICIPAIS	37
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)	38
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)	39
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	42
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	43
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)	43
6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)	45

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR N° 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL N° 7.185/2010	46
8. RESTRIÇÕES APURADAS	50
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2015	51
CONCLUSÃO	51
ANEXO	53
APÊNDICE.....	55

PROCESSO	PCP 16/00275785
UNIDADE	Município de Brusque
RESPONSÁVEIS	Sr. Paulo Roberto Eccel (Prefeito Municipal de 01/01/2015 a 31/03/2015) e Sr. Roberto Pedro Prudêncio Neto (Prefeito Municipal 01/04/2015 a 31/12/2015)
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2015
RELATÓRIO Nº	2.035/2016

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Brusque, relativas ao exercício de 2015.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2015 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94, alterada pela Resolução nº TC-77/2013, e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Brusque, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 14/09/2016 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais

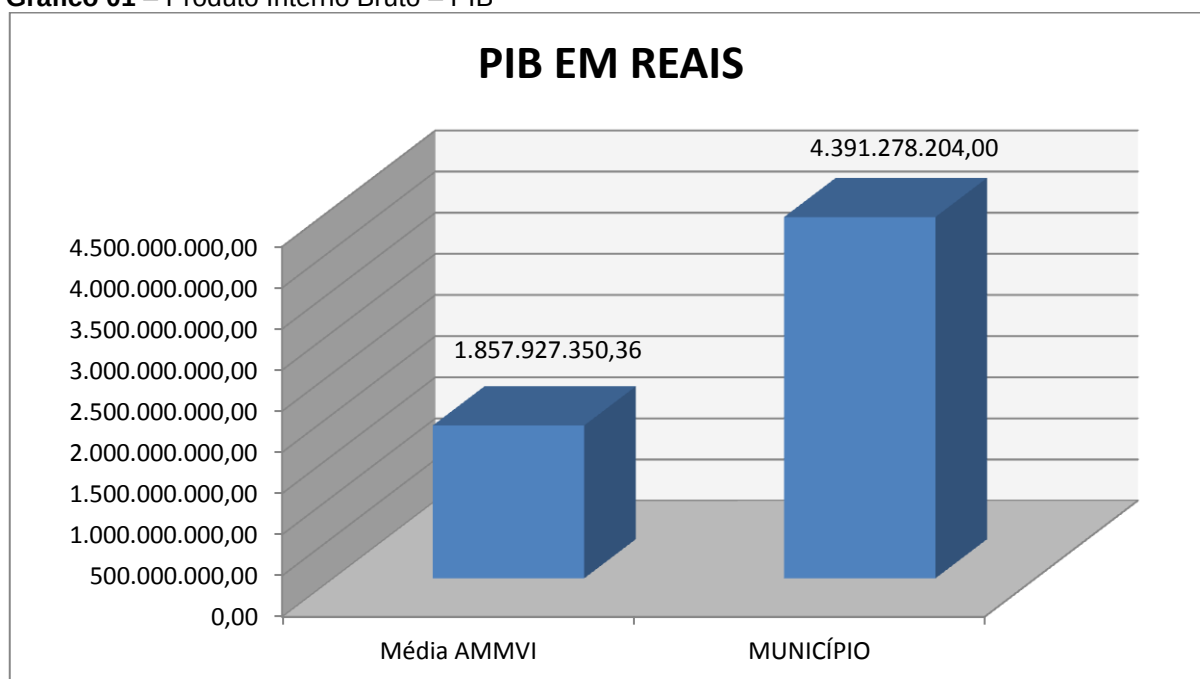
encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município de Brusque tem uma população estimada em 122.775¹ habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,80². O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 4.391.278.204,00³, revelando um PIB per capita à época de R\$ 37.650,07, considerando uma população estimada em 2013 de 116.634 habitantes.

Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2013

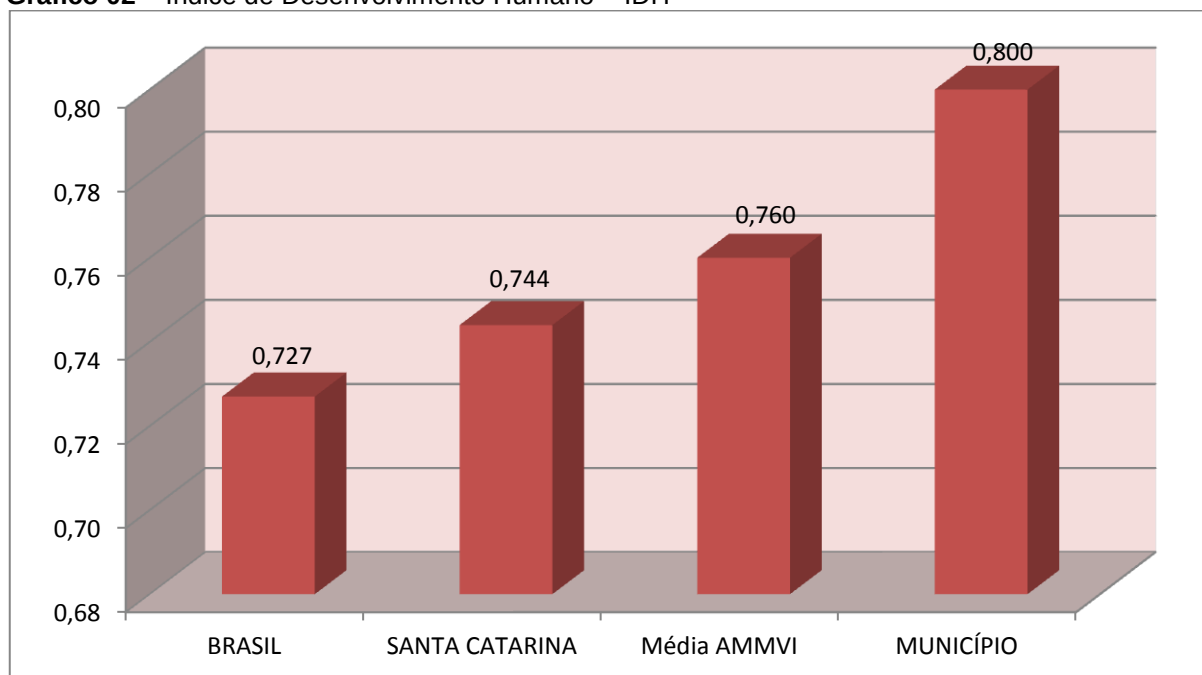
No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Brusque encontra-se na seguinte situação:

¹ IBGE - 2015

² PNUD - 2010

³ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2013

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	
PPA	3643/2013	29/07/2013		494.354.661,62
LDO	3772/2014	30/07/2014	DESPESA FIXADA	494.354.661,62
LOA	3831/2014	30/10/2014		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 20.730.103,83**, correspondendo a **6,07%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 20.730.103,83, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Superávit de R\$ 5.340.526,05 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 15.389.577,78.

Excluindo o resultado orçamentário do Regime Próprio de Previdência, o Município apresentou Superávit de R\$ 8.571.732,40.

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2015

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	494.354.661,62	341.245.120,59	69,03
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	514.001.963,99	320.515.016,76	62,36
Superávit de Execução Orçamentária		20.730.103,83	
Resultado Orçamentário Consolidado Excluído RPPS			
	Superávit Consolidado Ajustado	Superávit do RPPS	Superávit excluído RPPS
RECEITA	341.245.120,59	26.743.866,17	314.501.254,42
DESPESA	320.515.016,76	14.585.494,74	305.929.522,02
Resultado de Execução Orçamentária	20.730.103,83	12.158.371,43	8.571.732,40

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência entre a variação do patrimônio financeiro ajustado sem RPPS e/ou e o resultado da execução orçamentária ajustada sem RPPS, no montante de R\$ 1.992.767,75 refere-se ao cancelamento de Restos a Pagar.

Obs.: A receita no montante de R\$ 26.743.866,17, assim como a despesa no montante de R\$ 14.585.494,74, consideradas as Transferências Financeiras, se referem exclusivamente ao RPPS (fls. 359/360 dos autos).

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Brusque nos últimos 5 anos:

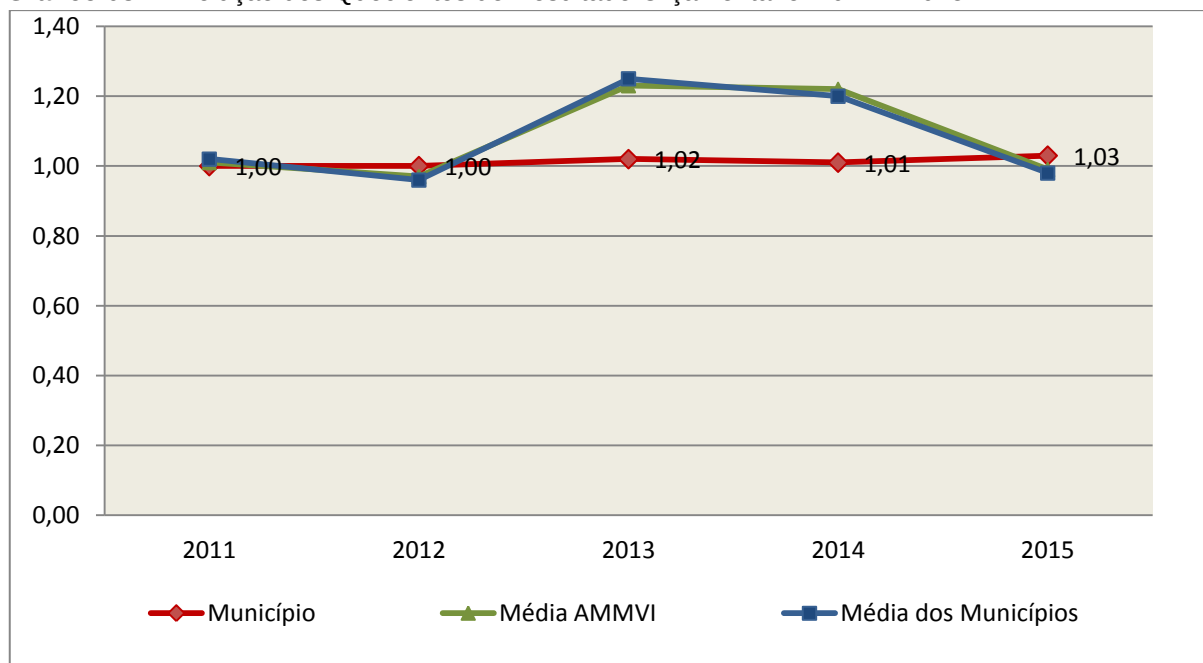
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – Excluído RPPS – 2011-2015

ITENS / ANO	2011	2012	2013	2014	2015
1 Receita realizada	197.038.411,14	222.243.385,39	251.997.243,99	280.364.603,52	314.501.254,42
2 Despesa executada	197.731.046,37	222.272.089,97	248.221.756,07	276.583.013,53	305.929.522,02
QUOCIENTE	2011	2012	2013	2014	2015
Resultado Orçamentário (1÷2)	1,00	1,00	1,02	1,01	1,03

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 341.245.120,59**, equivalendo a **69,03%** da receita orçada.

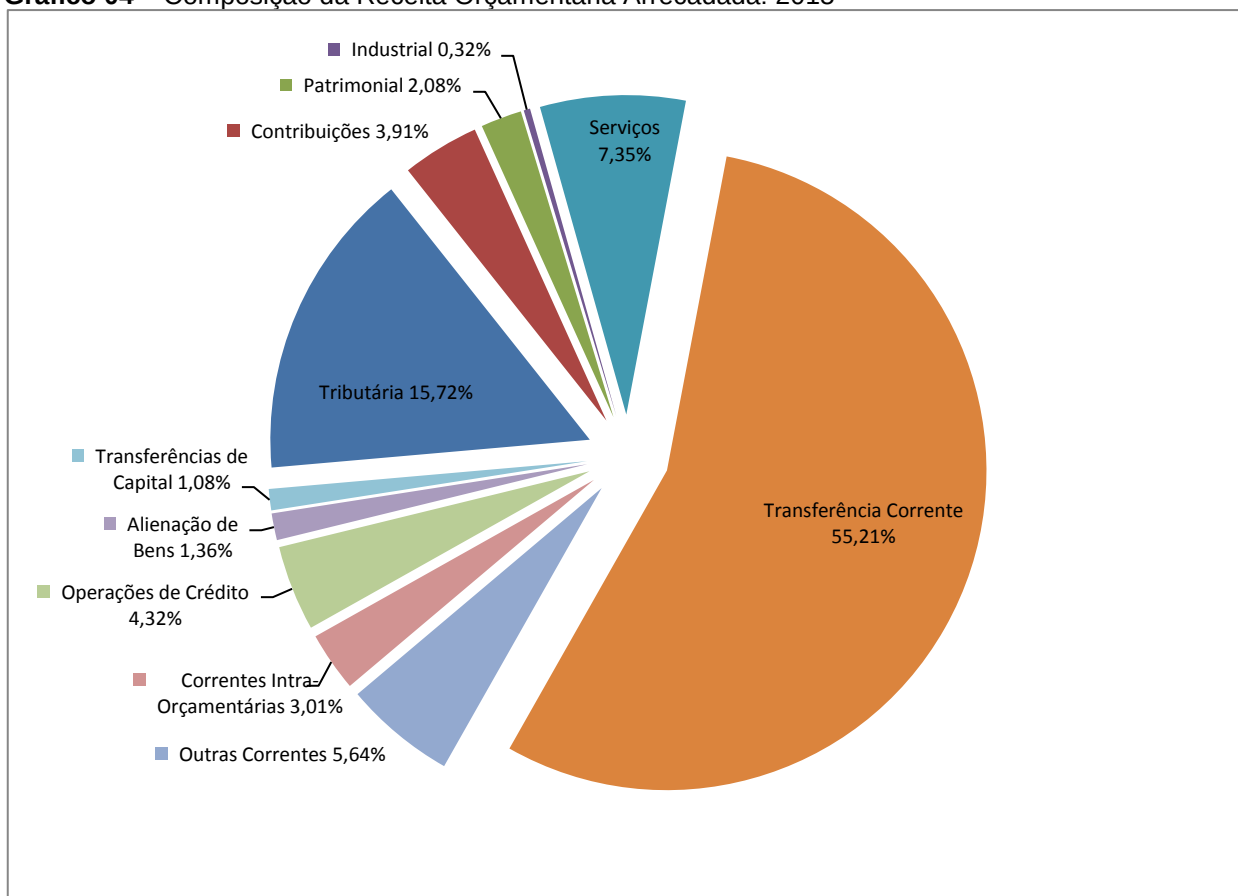
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2015

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	59.786.820,00	53.635.261,40	89,71
Receita de Contribuições	11.206.000,00	13.341.806,25	119,06
Receita Patrimonial	3.211.810,00	7.091.277,00	220,79
Receita Industrial	3.201.000,00	1.107.425,74	34,60
Receita de Serviços	23.953.000,00	25.081.361,93	104,71
Transferências Correntes	210.831.334,00	188.414.137,91	89,37
Outras Receitas Correntes	12.446.916,00	19.242.843,93	154,60
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	10.263.490,00	10.276.850,07	100,13
RECEITA CORRENTE	334.900.370,00	318.190.964,23	95,01
Operações de Crédito	91.878.985,00	14.755.854,16	16,06
Alienação de Bens	3.510.000,00	4.624.138,27	131,74
Transferências de Capital	64.065.306,62	3.674.163,93	5,74
RECEITA DE CAPITAL	159.454.291,62	23.054.156,36	14,46
TOTAL DA RECEITA	494.354.661,62	341.245.120,59	69,03

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 04 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2015

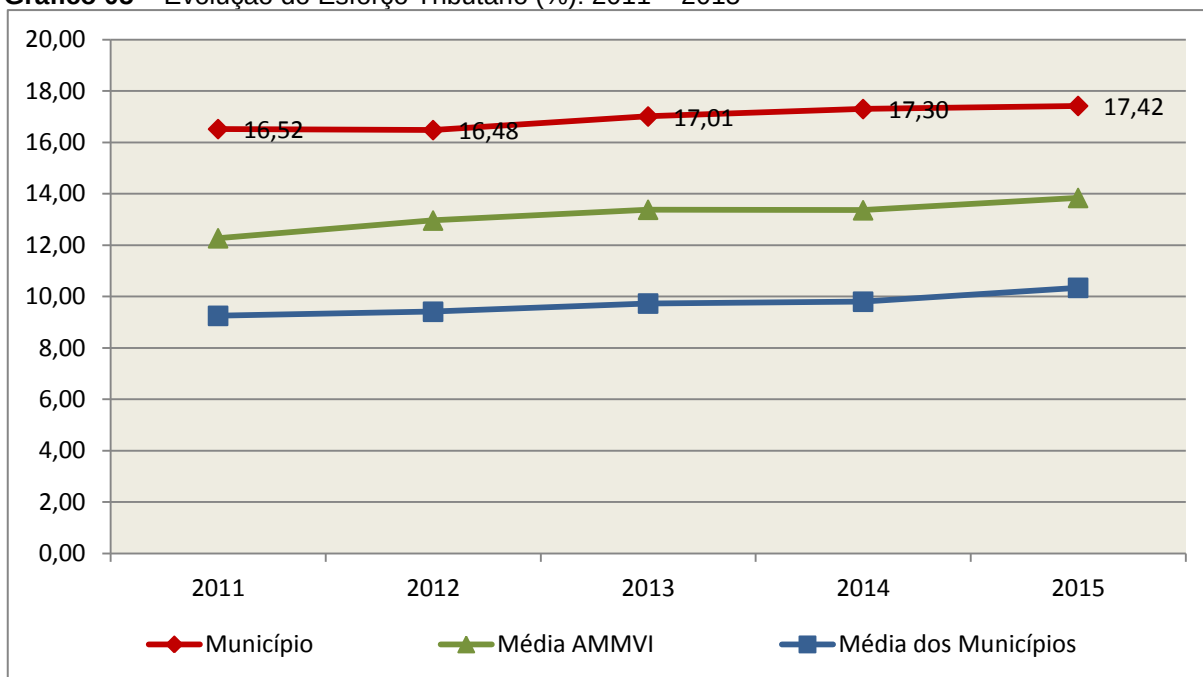


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **55,21%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 05 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2011 – 2015

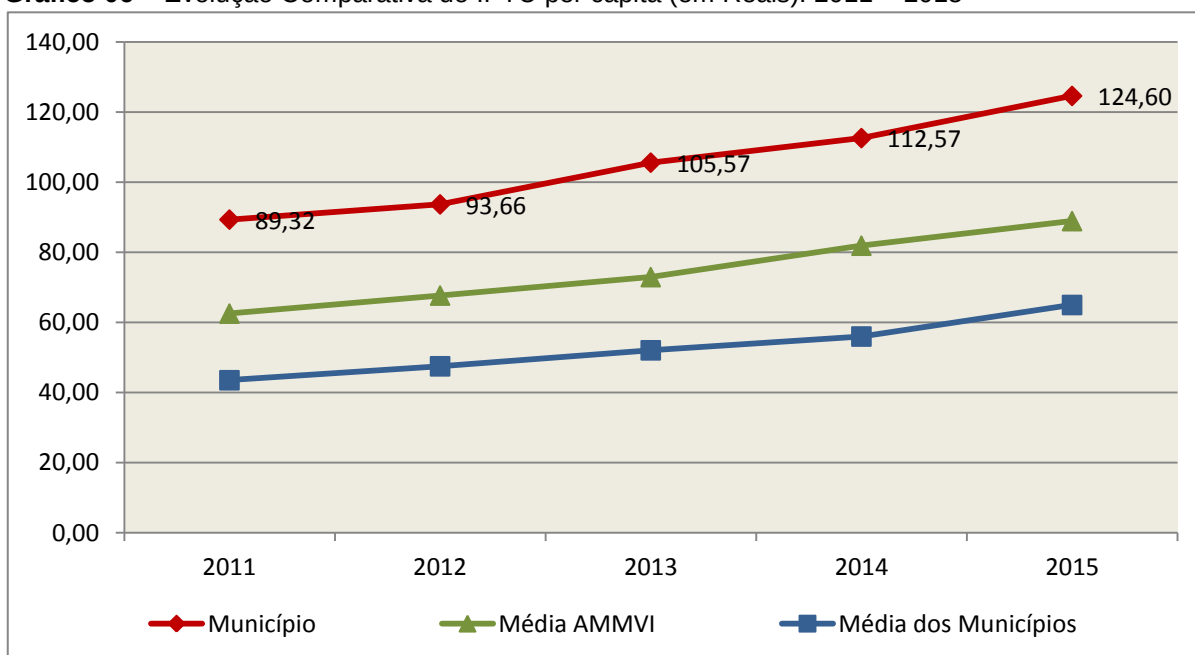


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 06 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

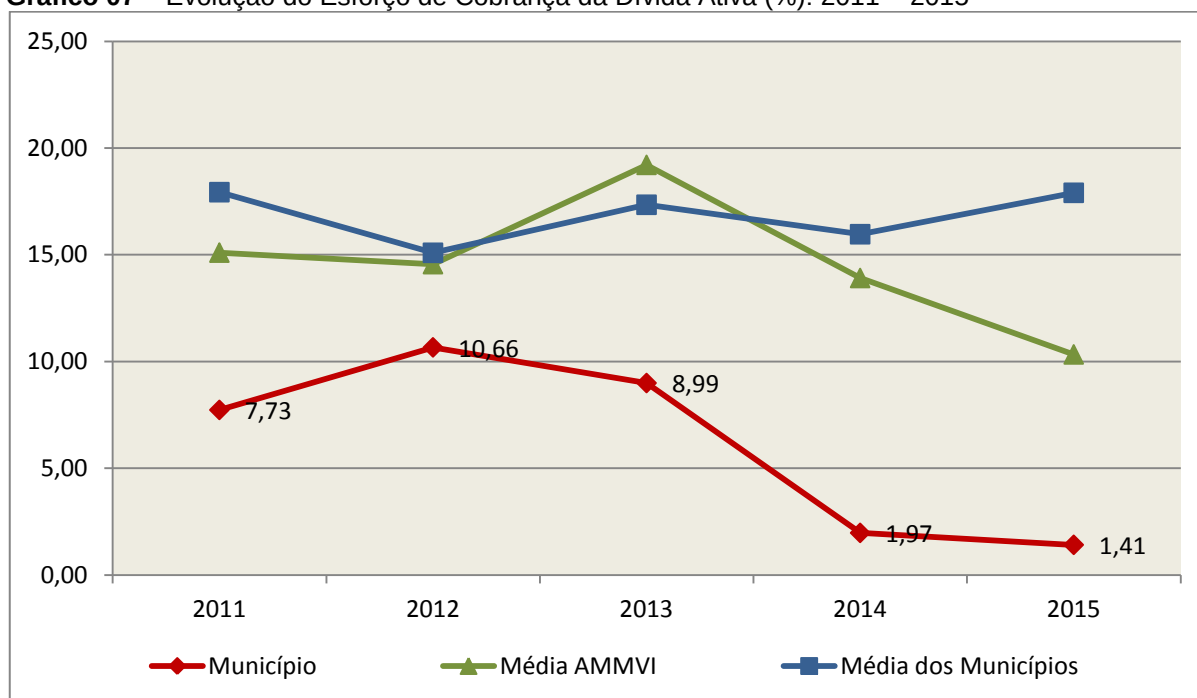
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2015

Saldo Anterior	Inscrição/Transferências/ Atualização	Recebimento	Transferências/ Outras Baixas	Saldo Final
609.465.954,43	235.072.326,98	8.577.977,87	185.484.599,56	650.475.703,98

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 07 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2015

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	8.391.750,00	5.182.135,49	61,75
04-Administração	40.243.854,79	32.150.794,17	79,89
06-Segurança Pública	8.344.474,08	6.137.724,70	73,55

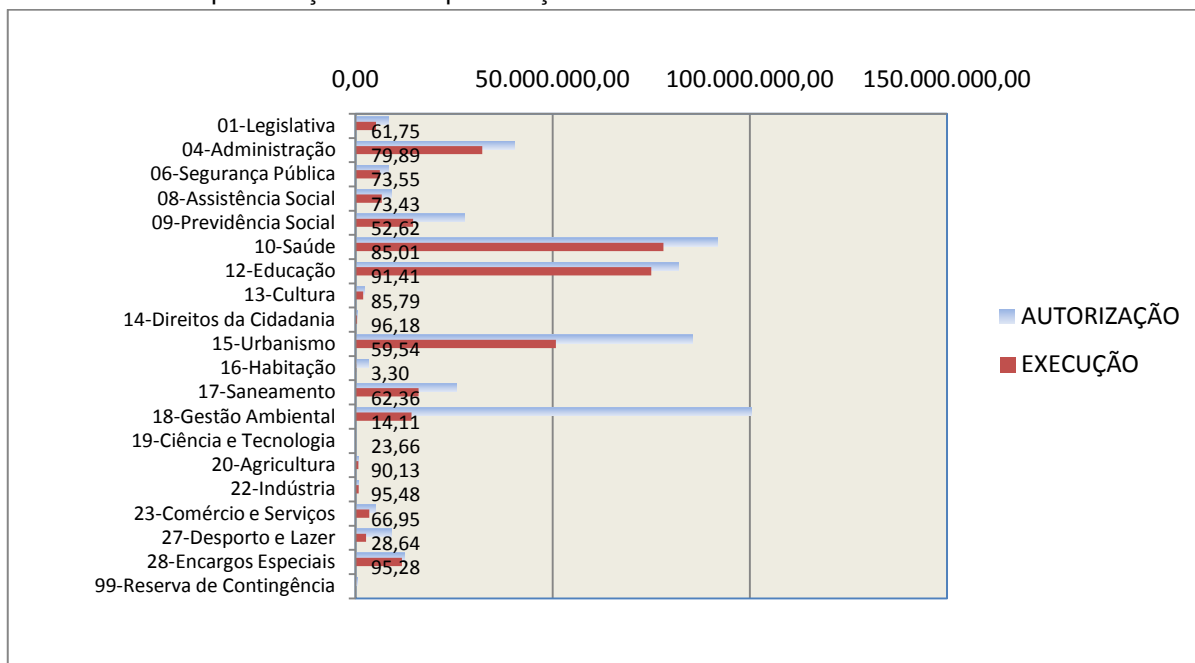
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
08-Assistência Social	9.084.227,13	6.670.439,81	73,43
09-Previdência Social	27.718.347,30	14.585.494,74	52,62
10-Saúde	91.791.180,14	78.028.185,05	85,01
12-Educação	82.044.872,84	74.996.297,19	91,41
13-Cultura	2.206.420,00	1.892.963,79	85,79
14-Direitos da Cidadania	397.850,00	382.648,40	96,18
15-Urbanismo	85.375.765,73	50.829.525,39	59,54
16-Habitação	3.411.458,16	112.713,11	3,30
17-Saneamento	25.673.195,44	16.010.732,39	62,36
18-Gestão Ambiental	100.493.182,00	14.180.724,04	14,11
19-Ciência e Tecnologia	26.200,00	6.199,50	23,66
20-Agricultura	775.400,00	698.875,80	90,13
22-Indústria	808.300,00	771.745,62	95,48
23-Comércio e Serviços	5.183.300,00	3.470.458,00	66,95
27-Desporto e Lazer	9.229.900,00	2.643.006,74	28,64
28-Encargos Especiais	12.347.286,38	11.764.352,83	95,28
99-Reserva de Contingência	455.000,00	-	-
TOTAL DA DESPESA	514.001.963,99	320.515.016,76	62,36

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 08 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2015



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2011 – 2015

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2011	2012	2013	2014	2015
01-Legislativa	4.029.036,71	3.456.900,82	3.785.717,28	4.338.035,82	5.182.135,49
04-Administração	19.656.172,66	19.453.163,24	25.416.420,41	30.465.539,14	32.150.794,17
06-Segurança Pública	5.590.721,69	4.510.288,71	4.638.933,80	5.801.105,08	6.137.724,70
08-Assistência Social	3.466.593,25	4.178.590,03	5.417.379,60	5.876.595,95	6.670.439,81
09-Previdência Social	3.147.147,41	7.226.325,97	9.461.631,73	11.681.411,24	14.585.494,74
10-Saúde	39.668.056,13	47.278.409,87	56.671.905,59	70.312.356,46	78.028.185,05
12-Educação	43.074.137,06	51.704.281,47	57.971.204,47	67.726.214,94	74.996.297,19
13-Cultura	1.283.393,26	1.294.819,72	1.699.005,18	1.833.948,24	1.892.963,79
14-Direitos da Cidadania	871.243,29	1.127.566,56	254.289,35	311.427,92	382.648,40
15-Urbanismo	31.054.554,40	38.362.928,94	40.227.673,74	40.488.512,60	50.829.525,39
16-Habitação	951.631,80	2.482.234,83	1.582.468,12	47.104,80	112.713,11
17-Saneamento	12.551.316,80	13.141.602,23	15.950.724,14	15.464.428,72	16.010.732,39
18-Gestão Ambiental	11.506.578,47	12.739.151,34	14.970.132,68	14.660.188,00	14.180.724,04
19-Ciência e Tecnologia	-	15.891,49	18.136,95	-	6.199,50
20-Agricultura	574.308,73	577.733,61	604.453,90	674.595,13	698.875,80
22-Indústria	377.434,07	497.234,67	712.400,79	748.854,24	771.745,62
23-Comércio e Serviços	1.534.057,96	2.759.343,33	4.195.953,00	4.271.333,56	3.470.458,00

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2011	2012	2013	2014	2015
27-Desporto e Lazer	3.133.473,98	2.939.828,07	2.866.983,84	2.776.910,54	2.643.006,74
28-Encargos Especiais	15.285.177,71	14.776.328,48	12.213.765,79	10.785.862,39	11.764.352,83
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	197.755.035,38	228.522.623,38	258.659.180,36	288.264.424,77	320.515.016,76

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2015

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	15.298.156,06	8,31
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	16.701.464,03	9,07
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	7.588.909,34	4,12
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	7.716.512,43	4,19
Cota do ICMS	77.394.940,28	42,02
Cota-Parte do IPVA	16.002.769,45	8,69
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	1.206.210,25	0,65
Cota-Parte do FPM	33.383.834,32	18,13
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de julho) - art. 159, I, alínea “e” da C.F. e Emenda Constitucional nº 84, de 2014	395.113,21	0,21
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea “d” da C.F.	1.463.860,38	0,79
Cota do ITR	15.828,49	0,01
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	325.366,22	0,18
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	5.062.291,79	2,75
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	1.617.172,75	0,88
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Educação)	184.172.429,00	100,00
(-) Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de julho) - art. 159, I, alínea “e” da C.F. e Emenda Constitucional nº 84, de 2014	395.113,21	
(-) Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea “d” da C.F.	1.463.860,38	
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Saúde)	182.313.455,41	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2015

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	333.579.904,38
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	25.665.790,22
(-) Compensação entre Regimes de Previdência	317.409,37
(-) Contribuição dos Servidores ao Regime Próprio de Previdência e/ou Assistência	6.808.760,19
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	300.787.944,60

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Brusque (em Reais): 2015

ATIVO	2015	PASSIVO	2015
ATIVO CIRCULANTE	95.829.327,15	PASSIVO CIRCULANTE	14.996.843,91
Caixa e Equivalentes de Caixa	80.289.188,01	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	3.392.729,69
Créditos a Curto Prazo	660.603,76	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	5.366.493,20
Créditos de Transferências a Receber	660.603,76	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.254.529,68
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	14.006.951,95	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	162.699,88
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	29.226,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.820.391,46
Títulos e valores mobiliários	29.226,00		
Estoques	843.357,43	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	205.721.933,26
ATIVO NÃO CIRCULANTE	863.958.554,39	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	11.299.147,46
Ativo Realizável a Longo Prazo	650.488.509,35	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	41.422.393,52
Créditos a Longo Prazo	650.475.703,98	Provisões a Longo Prazo	149.295.362,14
Dívida Ativa Tributária	466.643.782,58		

ATIVO	2015	PASSIVO	2015
Dívida Ativa Não Tributária	183.831.921,40	Provisões Matemáticas Previdenciárias	149.295.362,14
Demais Créditos e Valores à Longo Prazo	12.805,37	Demais Obrigações a Longo Prazo	3.705.030,14
<u>Imobilizado</u>	213.470.045,04		
Bens Móveis	57.275.292,50		
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis)	-134.819,32	TOTAL DO PASSIVO	220.718.777,17
Bens Imóveis	156.329.571,86		
		PATRIMONIO LIQUIDO	739.069.104,37
		Resultados Acumulados	739.069.104,37
		Resultado do Exercício	24.332.017,10
		Resultado de Exercícios Anteriores	699.311.272,19
		Ajustes de exercícios anteriores	15.425.815,08
TOTAL	959.787.881,54	TOTAL	959.787.881,54

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

Obs: A divergência, no valor de **R\$ 800.679,30**, entre o saldo do grupo Disponível do Balanço Patrimonial do exercício anterior – Anexo 14 (R\$ 61.265.490,50) e o saldo inicial do Balanço Financeiro do exercício atual – Anexo 13 (R\$ 62.066.169,80), refere-se aos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, registrados em 2014 no ativo realizável.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 29.118.022,08** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,30** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 10.564.500,15** passando de um Superávit de R\$ 18.553.521,93 para um Superávit de **R\$ 29.118.022,08**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 11.578.386,34**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2014 - 2015

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Variação
Ativo Financeiro	62.066.169,80	80.440.454,02	18.374.284,22
Passivo Financeiro	17.101.318,80	12.692.825,67	-4.408.493,13

Saldo Patrimonial Financeiro	44.964.851,00	67.747.628,35	22.782.777,35
Ativo Financeiro do RPPS	26.476.575,39	38.635.426,00	12.158.850,61
Passivo Financeiro do RPPS	65.246,32	5.819,73	-59.426,59
Saldo Patrimonial Financeiro s/ RPPS	18.553.521,93	29.118.022,08	10.564.500,15

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência entre a variação do patrimônio financeiro ajustado sem RPPS e/ou e o resultado da execução orçamentária ajustada sem RPPS, no montante de R\$ 1.992.767,75 refere-se ao cancelamento de Restos a Pagar.

Obs.: O Ativo Financeiro no montante de R\$ 38.635.426,00, assim como o Passivo Financeiro no montante de R\$ 5.819,73, se referem exclusivamente ao RPPS (fls. 371 dos autos).

4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2015, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Brusque, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11- A – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso.

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários	12.969.088,29	SUPERAVIT
01- Receitas e Transferências de Impostos - Educação	0,00	SUPERAVIT
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	0,00	SUPERAVIT
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
04 - Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
05 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	0,00	SUPERAVIT
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	14.829,86	SUPERAVIT
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.204,09	SUPERAVIT
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	2.239.449,85	SUPERAVIT
09 - FIA Imposto de Renda	77.868,97	SUPERAVIT
10 - Convênio de Trânsito - Militar	204.018,38	SUPERAVIT
11 - Convênio de Trânsito - Civil	564.700,28	SUPERAVIT
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	1.872.314,88	SUPERAVIT
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício) - R\$ 787,17	787,17	SUPERAVIT
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 0,00		
31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social	21.672,71	SUPERAVIT
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	741.464,90	SUPERAVIT
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	286.908,92	SUPERAVIT
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	1.635.746,23	SUPERAVIT

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	460.147,63	SUPERAVIT
36 - Salário-Educação	617.718,00	SUPERAVIT
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	592.382,38	SUPERAVIT
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2.846.045,56	SUPERAVIT
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	69.248,58	SUPERAVIT
40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	0,00	SUPERAVIT
61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	159.616,15	SUPERAVIT
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	169,76	SUPERAVIT
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	1.056.475,59	SUPERAVIT
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	0,00	SUPERAVIT
66 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	0,00	SUPERAVIT
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	0,00	SUPERAVIT
68 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	SUPERAVIT
80 - Outras Especificações	0,00	SUPERAVIT
81 - Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
82 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	999,99	SUPERAVIT
84 - Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
85 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	2.518.871,60	SUPERAVIT
93 - Outras Receitas Não-Primárias	0,00	SUPERAVIT
TOTAL RECURSOS VINCULADOS	28.951.729,77	
00 - Recursos Ordinários	1.312.683,66	SUPERAVIT
01- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-1.146.858,33	DÉFICIT
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	466,98	SUPERAVIT
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	166.292,31	

Fonte: e-Sfinge

Obs.: As disponibilidades de caixa do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto foram consideradas como recursos vinculados.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2011 – 2015

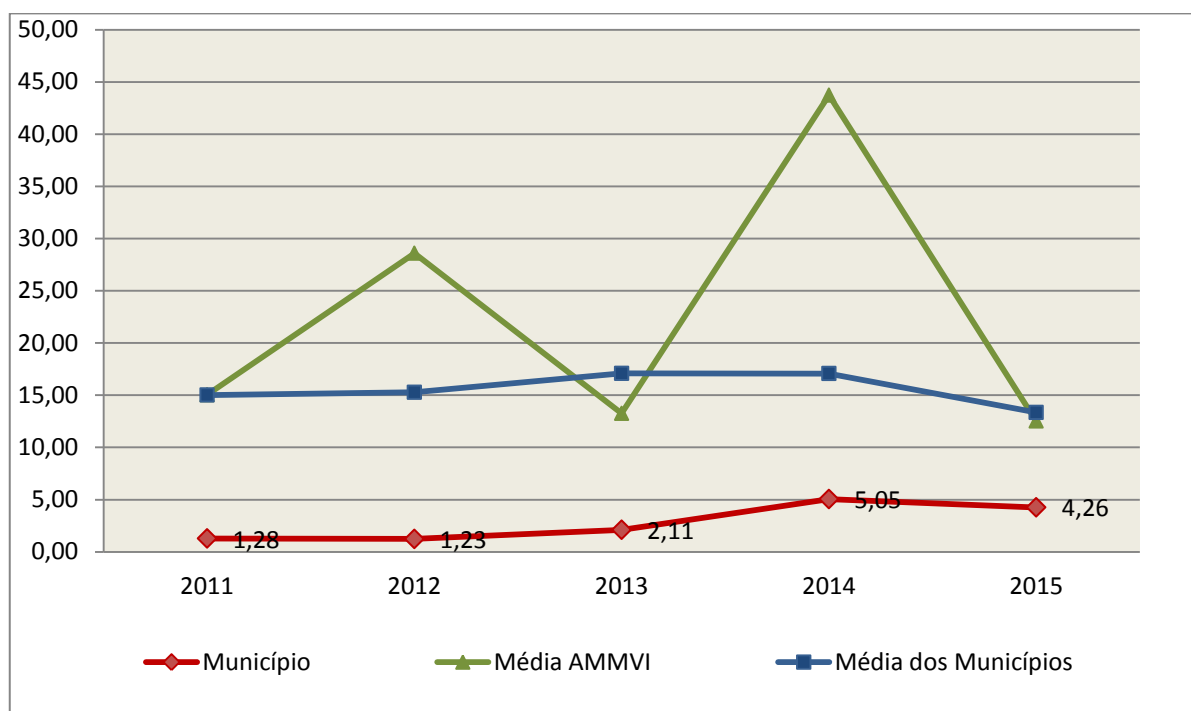
ITENS / ANO	2011	2012	2013	2014	2015
1 Despesa Executada	197.755.035,38	228.522.623,38	258.659.180,36	288.264.424,77	320.515.016,76
2 Restos a Pagar	14.908.984,93	16.911.147,26	19.796.889,15	15.292.961,58	10.912.644,21
3 Ativo Financeiro Ajustado - Excluído RPPS	21.738.110,84	26.282.529,65	34.689.671,67	35.589.594,41	41.805.028,02
4 Passivo Financeiro Ajustado – Excluído RPPS	16.727.524,45	19.408.046,88	21.818.484,09	17.036.072,48	12.687.005,94
5 Ativo Real	178.497.456,26	227.274.927,79	377.885.151,65	871.858.329,51	959.787.881,54
6 Passivo Real	139.171.180,02	184.428.371,19	178.957.055,29	172.547.057,32	225.154.947,89
QUOCIENTES	2011	2012	2013	2014	2015
Resultado Patrimonial (5÷6)	1,28	1,23	2,11	5,05	4,26
Situação Financeira (3÷4)	1,30	1,35	1,59	2,09	3,30
Restos a Pagar (2÷1)*100	7,54	7,40	7,65	5,31	3,40

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 09 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2011 – 2015



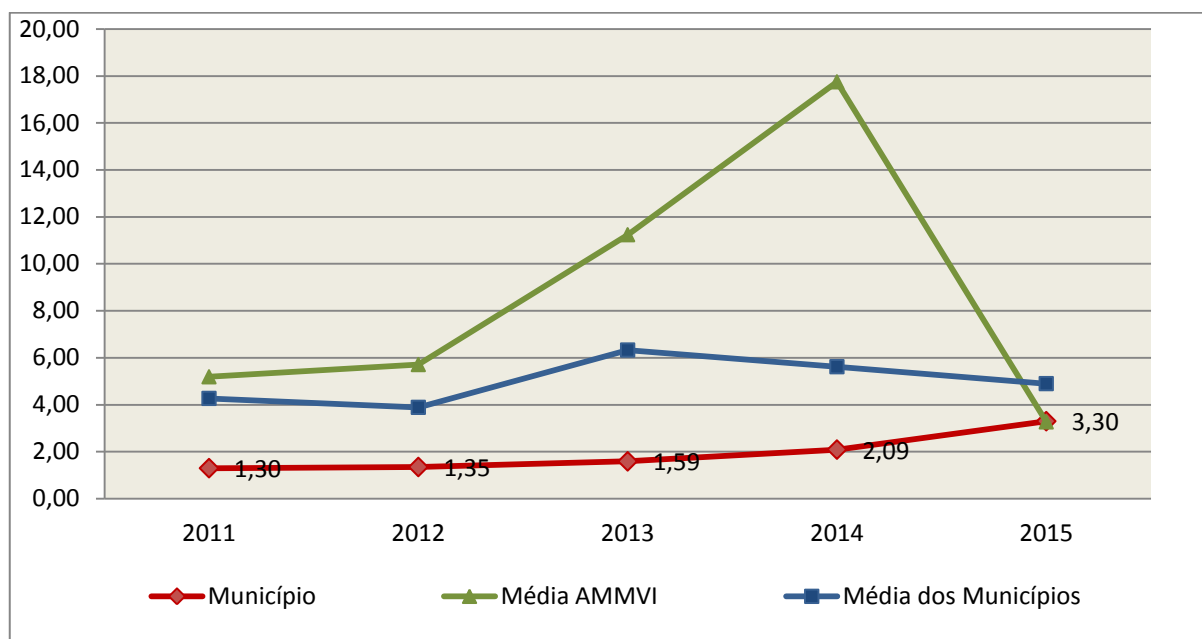
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2015 o Ativo Real apresenta-se **4,26** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

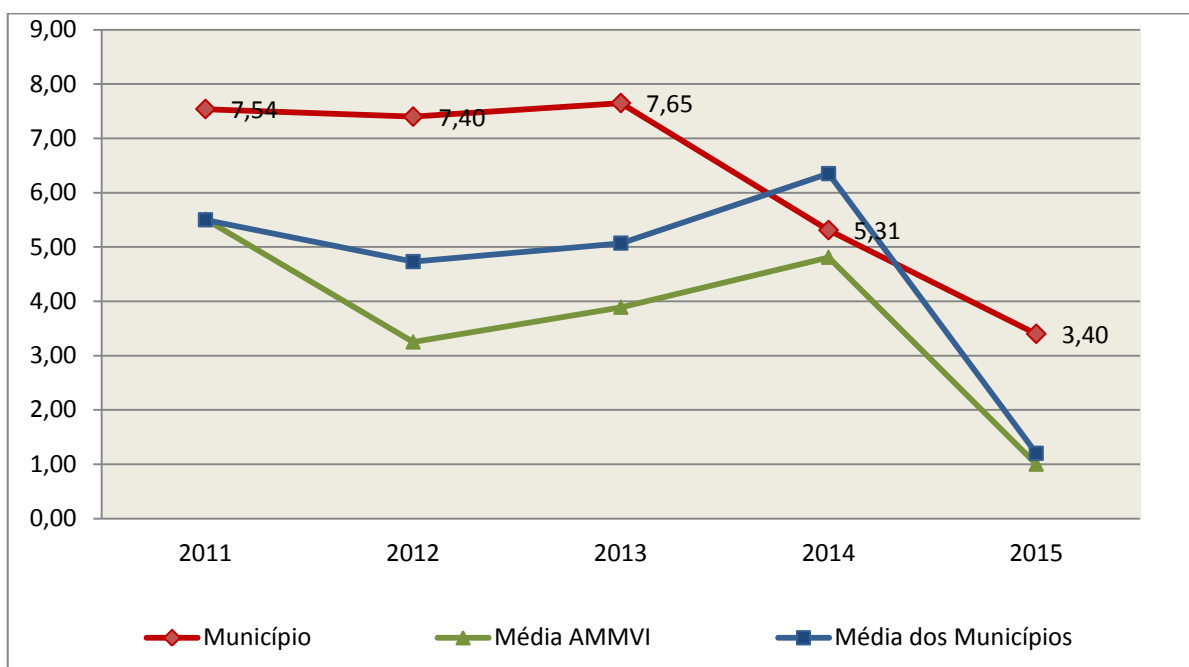
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2015 o Ativo Financeiro representa **3,30** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Brusque é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **3,40%** da despesa orçamentária do exercício.

4.4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência

O Regime Próprio de Previdência do Município de Brusque, gerido pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, constituído sob a forma de AUTARQUIA, apresentou o Estudo Relatório de Avaliação Atuarial – RAA para o exercício de 2015, com data-base em 31/12/2014, com os seguintes resultados:

BRUSQUE	2015
Nº Servidores ativos	1.710
Nº Beneficiários (Inativos e pensionistas)	49
TOTAL	1.759
Resultados	Consolidado

Patrimônio Atual	26.430.480,62
(+) Receitas Futuras Projetadas ⁴	241.149.594,07
(-) Benefícios Futuros Projetados ⁵	390.444.956,21
Resultado Atuarial	(122.864.881,52)

De forma comparativa aos exercícios anteriores, têm-se os seguintes resultados:

Resultados	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
Patrimônio Atual	8.721.208,28	15.991.722,23	26.430.480,62
(+) Receitas Futuras Projetadas ¹	84.288.494,15	201.413.649,73	241.149.594,07
(-) Benefícios Futuros Projetados ²	192.209.058,19	309.135.272,71	390.444.956,21
Resultado Atuarial	(99.199.355,76)	(91.729.900,75)	(122.864.881,52)

Segundo dados apresentados no relatório do atuário, Sr. Sergio Aureliano Machado da Silva (MIBA nº 547), constata-se que a situação do Regime Próprio de Previdência dos Servidores de Brusque é de Desequilíbrio Atuarial nos últimos três exercícios, tendo sido apontado Déficit Atuarial no Relatório de Avaliação Atuarial de 2015, com data base em 31/12/2014, no valor de R\$ 122.864.881,52, o que indica que em 2015 as obrigações futuras do RPPS estavam descobertas pelo rol de direitos financeiros no montante indicado.

Em 2015, o município de Brusque, por ocasião da sua manifestação no PCP daquele ano, informou a adoção de um Plano de Amortização do déficit atuarial, visando o equilíbrio financeiro e atuarial, através da edição do Decreto Municipal nº 7.481/2014, que fixou a obrigatoriedade da contribuição de uma alíquota suplementar progressiva inicial de 4,51% sobre a folha de pagamentos, elevando-se gradualmente até 2034, para 40,44%, quando estabiliza.

⁴ O valor resultante da presente rubrica é composto pela somatória das receitas de contribuição dos servidores, receita de contribuição da quota patronal e, dependendo da Unidade, das receitas oriundas de compensação previdenciária – COMPREV, amortização de dívidas das contribuições passadas e das alíquotas suplementares e/ou aportes de caixa.

⁵ O valor resultante da presente rubrica é composto pela somatória das despesas de benefício concedido, despesa de benefício a conceder e, dependendo da Unidade, das despesas oriundas de compensação previdenciária – COMPREV.

Ocorre que, apesar de estabelecer alíquota baixa no início e excessivamente elevada mais à frente, penalizando sobremaneira o município nas administrações futuras, a ponto de possivelmente inviabilizar tais administrações com uma alíquota suplementar de 40,44%, não houve a devida demonstração do impacto do citado plano de amortização frente ao Resultado Atuarial apresentado no Relatório de Avaliação Atuarial de 2015, razão pela qual não se pode avaliar como se deveria a atual condição atuarial do RPPS de Brusque.

Por estas razões deve o atual gestor do Município de Brusque manifestar-se acerca de quais medidas foram adotadas no exercício de 2015 no intuito de sanar, ou ao menos combater o déficit atuarial encontrado, sempre na busca do reequilíbrio atuarial de seu regime próprio de previdência, conduta que lhe é exigível ante ao ordenamento pátrio.

Em manifestação protocolada neste Tribunal sob o nº 11.819/2016, em 28/06/16, o Prefeito do Município de Brusque sustentou, resumidamente, que o déficit atuarial apresentado pelo Relatório de Avaliação Atuarial de 2015 foi objeto de estudo e publicado o Decreto Municipal nº 7.606/2015, determinando a correção do plano de amortização.

Notadamente, o Município de Brusque adotou medidas efetivas de combate à situação atuarial deficitária, uma vez que demonstrou que houve medidas para sua consecução ainda em 2015, de forma que se considera que o gestor tomou as medidas hábeis ao combate ao déficit atuarial vigente.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2015 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 39.765.222,44** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **21,81%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 12.418.204,13**, representando **6,81%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2015

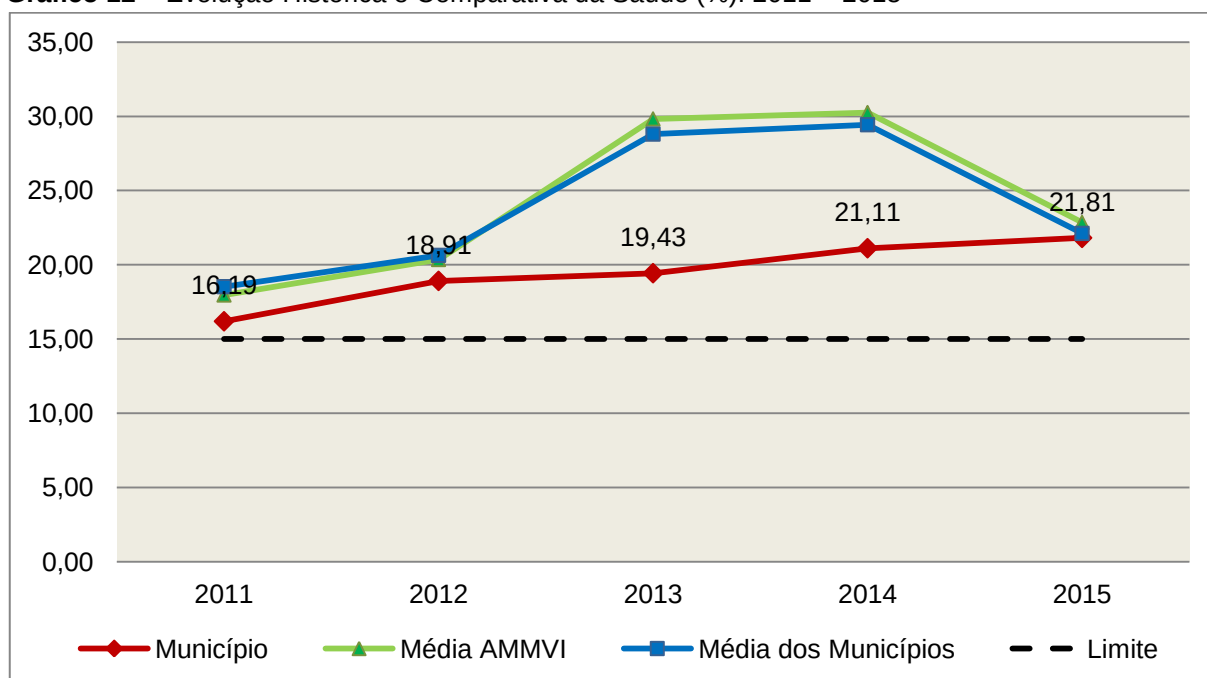
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	182.313.455,41	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	78.028.185,05	42,80
Atenção Básica	27.873.061,49	15,29
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	41.742.979,77	22,90
Vigilância Sanitária	1.356.076,80	0,74
Vigilância Epidemiológica	1.470.379,78	0,81
Outras Subfunções	5.585.687,21	3,06
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	38.262.962,61	20,99
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	39.765.222,44	21,81
Valor Mínimo a ser Aplicado	27.347.018,31	15,00
Valor Acima do Limite	12.418.204,13	6,81

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 12 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Brusque em 2015 aumentou seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2015) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 49.464.163,82** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **26,86%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 3.421.056,57**, representando **1,86%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2015

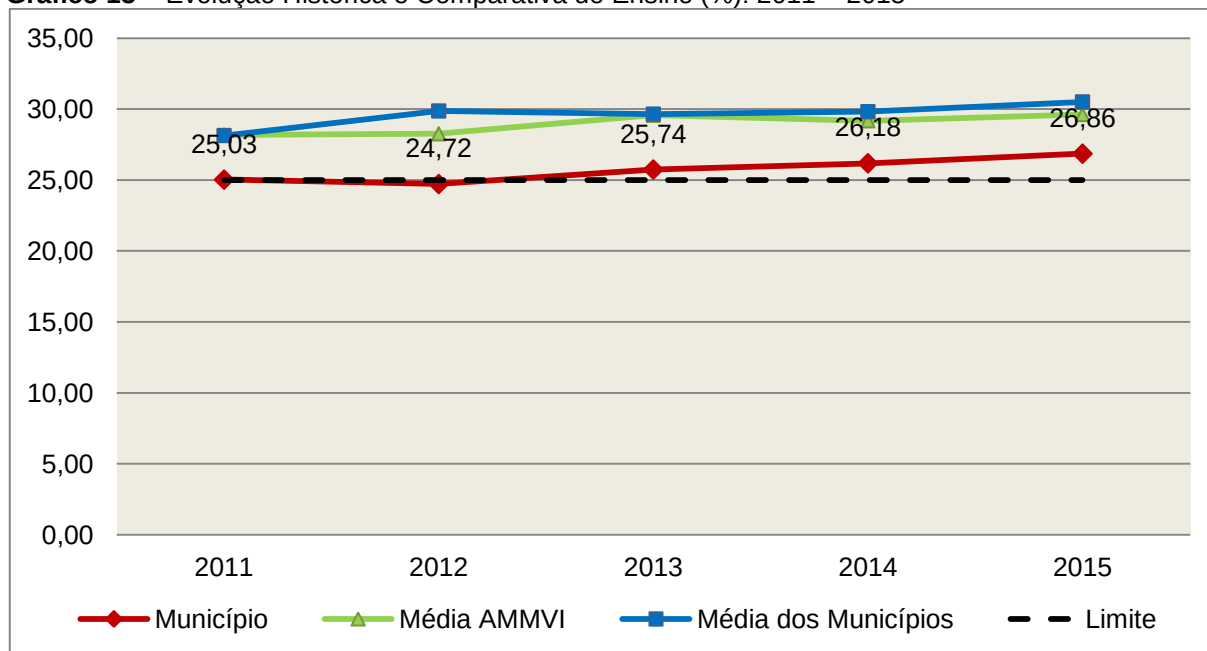
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	184.172.429,00	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	26.510.411,65	14,39
Educação Infantil	26.510.411,65	14,39
Valor Aplicado Ensino Fundamental	37.764.450,44	20,50
Ensino Fundamental	37.764.450,44	20,50
Valor Aplicado em Administração ligada ao Ensino	5.846.177,16	3,17
Administração ligada ao Ensino (12.122, 12.123 e 12.128)	5.846.177,16	0,03
(-) Total das Deduções consideradas para fins de apuração do Limite Constitucional*	20.656.875,43	11,22
Total das Despesas para efeito de Cálculo	49.464.163,82	26,86
Valor Mínimo a ser Aplicado	46.043.107,25	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	3.421.056,57	1,86

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Brusque em 2015 aumentou seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 36.931.286,36**, equivalendo a **95,81%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

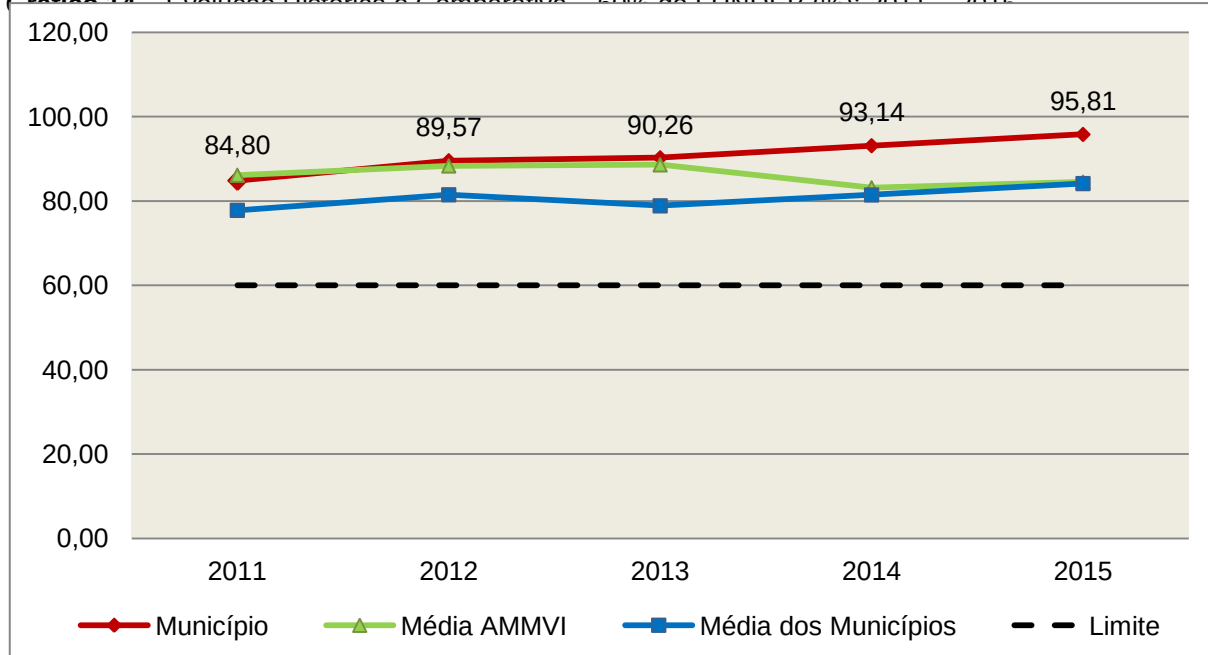
Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2015

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	38.428.964,23
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	119.187,33
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	38.548.151,56
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	23.128.890,94
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB (Grupos de fontes de recurso 1 e 2, Especificação da Destinação 18, Sistema e-Sfinge)	36.931.286,36
Valor Acima do Limite	13.802.395,42

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 38.547.364,39**, equivalendo a **100,00%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2015

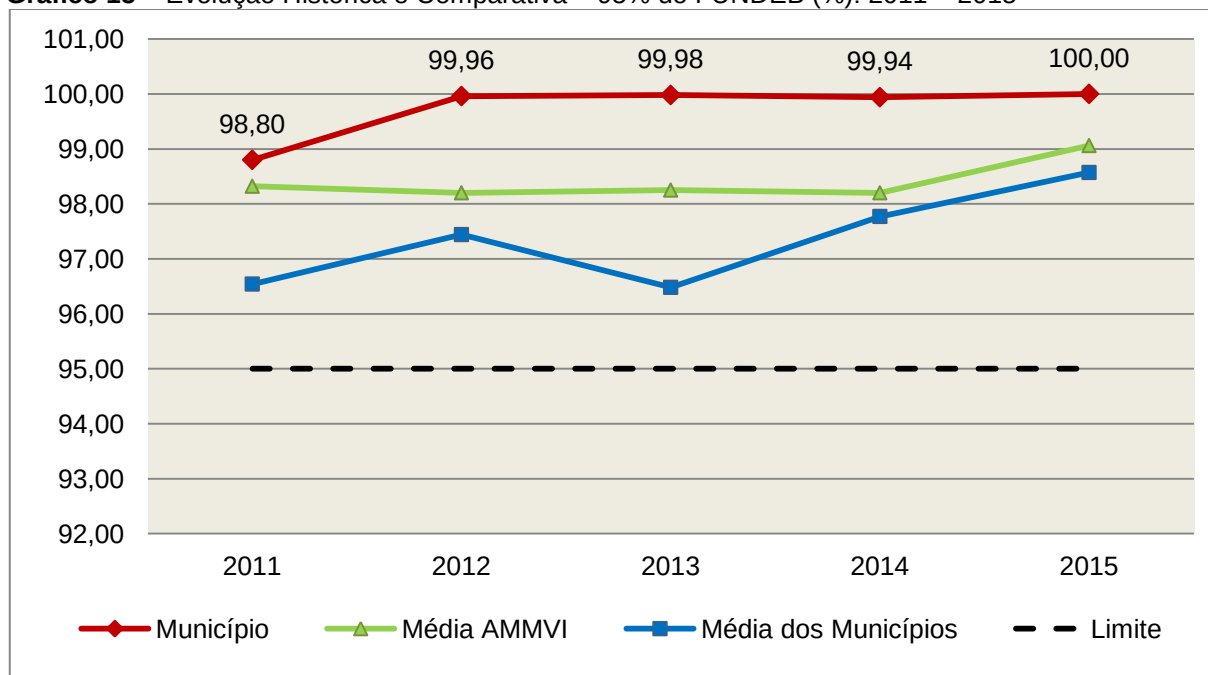
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	38.548.151,56
95% dos Recursos do FUNDEB	36.620.743,98
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	38.547.364,39
Valor Acima do Limite	1.926.620,41

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Brusque ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional, integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de **R\$ 6.021,39, CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007 (fls. 1.232 dos autos).

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2015: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2015	653.228,08
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	652.440,91
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	787,17

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2015

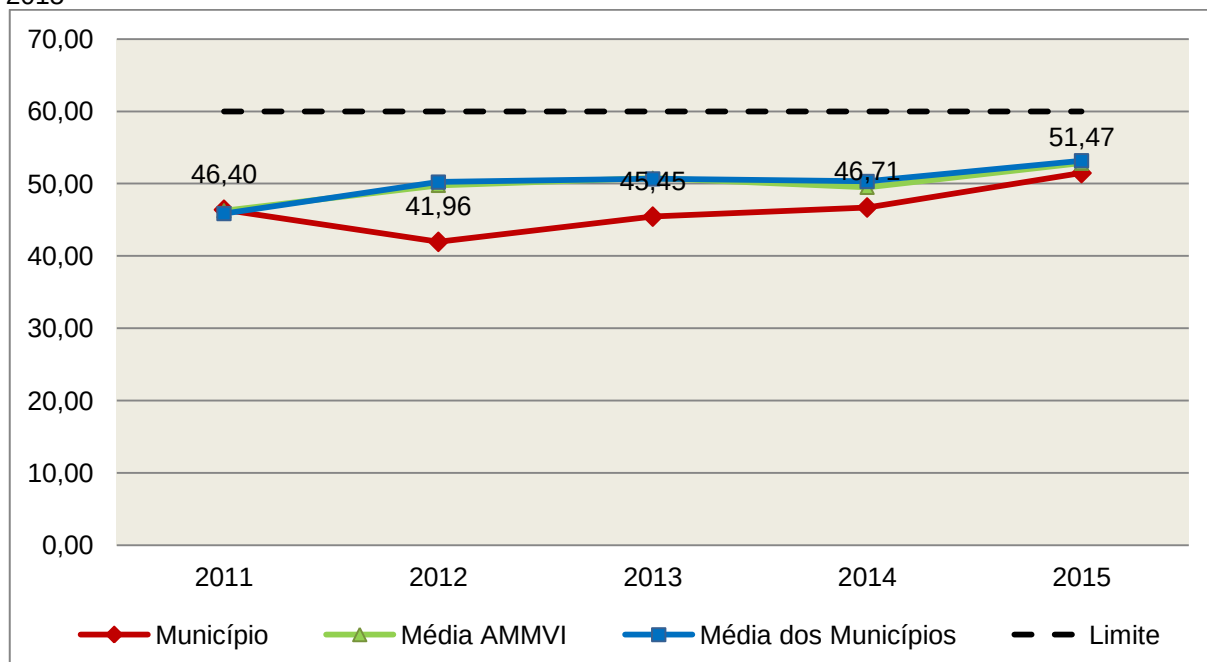
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	300.787.944,60	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	180.472.766,76	60,00
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	150.473.640,78	50,03
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	4.344.201,35	1,44
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	154.817.842,13	51,47
Valor Abaixo do Limite (60%)	25.654.924,63	8,53

Fonte: Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No exercício em exame, o Município gastou **51,47%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Brusque, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2015

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	300.787.944,60	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	162.425.490,08	54,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	151.334.119,09	50,31
Pessoal e Encargos*	145.054.058,15	48,22
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)* elemento 3.3.90.34, cfe Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, 6ª edição.	8.090,50	-
Pessoal e encargos Inscritos em Restos a Pagar não Processados* (com as deduções)	87.284,47	0,03

Outras Despesas de Pessoal consideradas pela Instrução - Despesas de Pessoal do Instituto de Previdência, contabilizadas nos elementos de despesa 3.3.90.01 (R\$ 5.011.264,78) e 3.3.90.03 (R\$ 1.173.421,19) pagas com recursos provenientes de transferências financeiras para cobertura do Plano Financeiro (FR 0) (fls.1.234 a 1.240 dos autos)	6.184.685,97	2,06
Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo**	860.478,31	0,29
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	150.473.640,78	50,03
Valor Abaixo do Limite (54%)	11.951.849,30	3,97

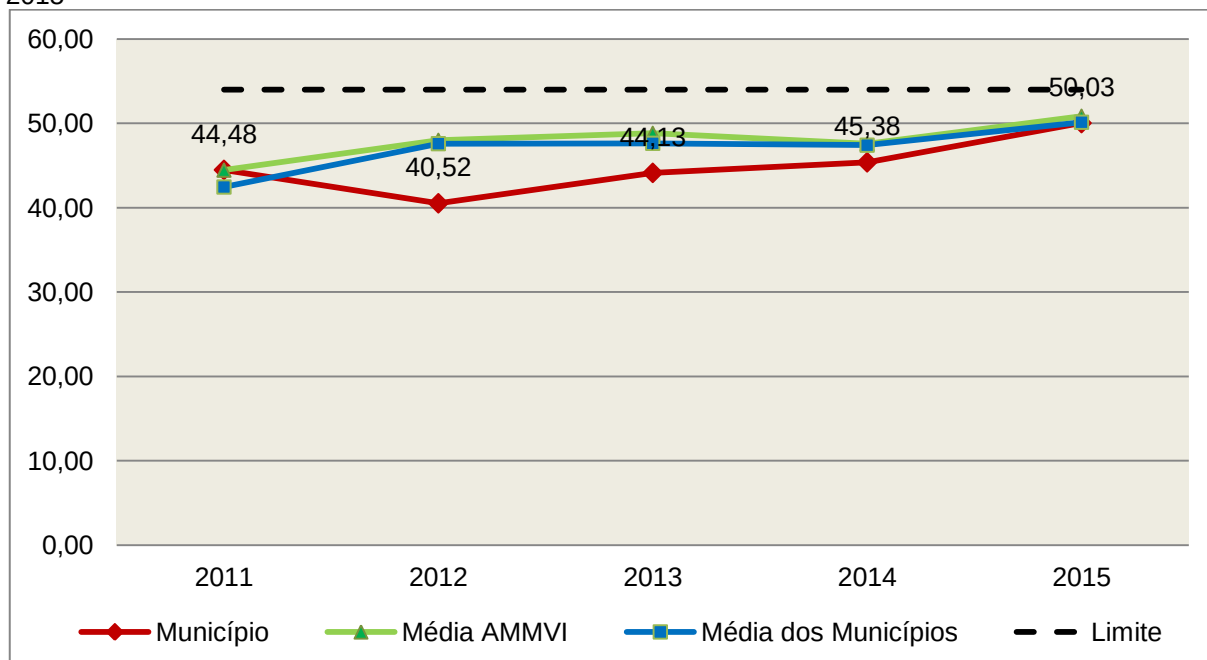
Fonte: * Sistema e-Sfinge/⁶Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

**Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **50,03%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

⁶ Apuração da Despesa de Pessoal: conforme orientação do Manual dos Demonstrativos Fiscais 6ª edição, publicado no endereço <http://www.stn.fazenda.gov.br/pt/web/stn/mdf>

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2015

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	300.787.944,60	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	18.047.276,68	6,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	4.423.911,68	1,47
Pessoal e Encargos*	4.423.911,68	1,47
Total das Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	79.710,33	0,03
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	4.344.201,35	1,44
Valor Abaixo do Limite (6%)	13.703.075,33	4,56

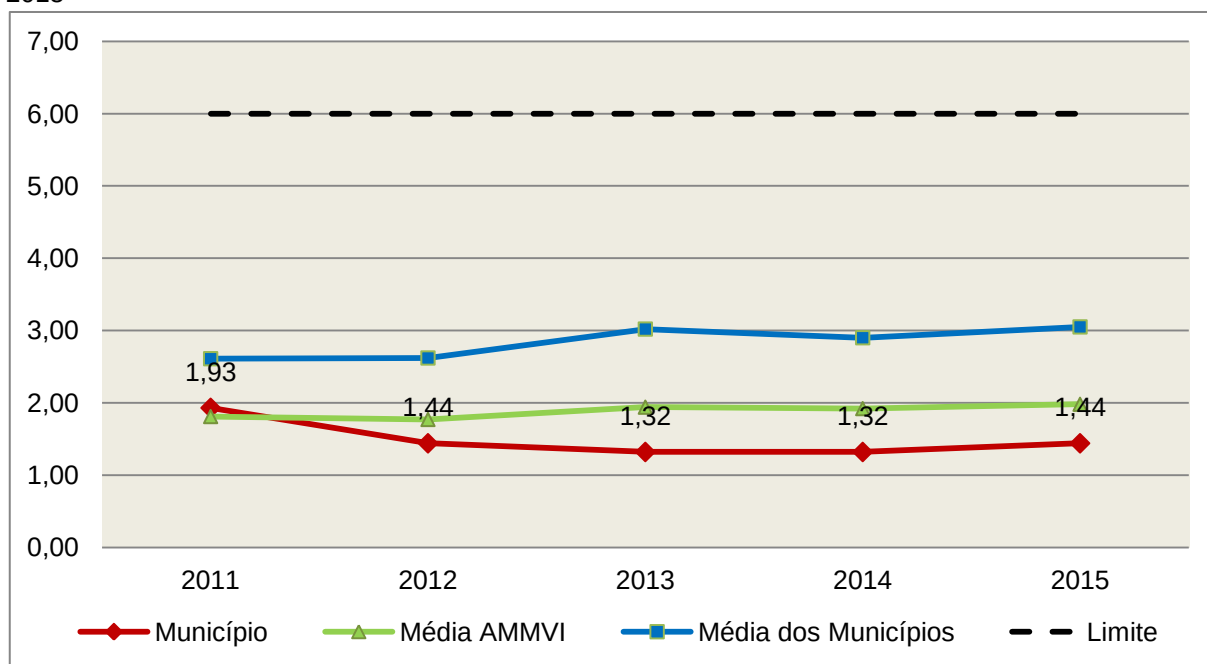
Fonte: * Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **1,44%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[...]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Brusque**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas (fls. 324 a 328 dos autos).

6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde,

inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal⁷.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade

⁷ Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

A Unidade encaminhou documentação referente à Ata de Reunião do Conselho Municipal de Saúde, onde consta a aprovação do Relatório de Prestação de contas referente ao 2º e 3º quadrimestre de 2015 (fls. 330 a 331 dos autos).

6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Brusque**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (fls. 338 dos autos).

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei nº 8.742/93 as despesas

referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Brusque**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social indica que as contas foram aprovadas (fls. 332 dos autos).

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Brusque**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar indica que as contas foram aprovadas (fls. 333 a 336 dos autos).

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Conforme Parecer do Conselho Municipal de Idoso de Brusque, ao logo de 2015, foram atendidos 3.800 idosos por meio da Secretaria de Assistência Social e Habitação, 30 idosos por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e 40 idosos por meio dos serviços do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (fls. 337 dos autos).

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no

artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil

tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

- a) previsão;
- b) lançamento, quando for o caso; e
- c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Brusque**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 20 – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

I – QUANTO À FORMA	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU

I – QUANTO AO CONTEÚDO	
DESPESA	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	CUMPRIU
b) o número do empenho	CUMPRIU
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	CUMPRIU
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	CUMPRIU

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	CUMPRIU
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	CUMPRIU

RECEITA (art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	CUMPRIU
b) lançamento	DESCUMPRIU
c) arrecadação	CUMPRIU

Fonte: Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 18/02/2016 (fls. 1230)

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

8. RESTRIÇÕES APURADAS

8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 8.1.1 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Quadro 20).

9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2015

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	As demonstrações contábeis demonstram a posição financeira, orçamentária e patrimonial, apresentando divergências relevantes entre as peças que o compõem.	
2) Resultado Orçamentário	Superávit	R\$ 8.571.732,40
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 29.118.022,08
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	21,81%
4.2) Ensino	25,00%	26,86%
4.3) FUNDEB	60,00%	95,81%
	95,00%	100,00%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	51,47%
b) Poder Executivo	54,00%	50,03%
c) Poder Legislativo	6,00%	1,44%
4.5) L.C. N° 131/2009 E DEC. N° 7.185/2010	DESCUMPRIU	

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2015 do Município de Brusque**.

Diante da **Restrição de Ordem Legal** apurada no item **9.1**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade apontada no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

III - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 7, em 21/09/2016.

ODINELIA ELEUTERIO KUHNEN
Auditora Fiscal de Controle Externo

De Acordo

Em 21/09/2016.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Coordenadoria de Controle de
Contas de Prefeito

Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

Moises Hoegenn
Diretor
Diretoria de Controle dos Municípios

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas Empenhadas com Recursos de Convênios Destinados às Ações e Serviços de Saúde (Apêndice)	38.237.030,15
Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde (Apêndice)	12.962,60
Outras Despesas Dedutíveis com Saúde (Consórcio não prestado contas) fls. 342 dos autos	12.969,86
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	38.262.962,61

Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional: Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil (Apêndice)	2.695.268,39
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil (Apêndice)	93.952,21
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental (Apêndice)	4.759.886,05
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Apêndice)	100.696,78
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	3.788,38
Outras despesas dedutíveis com Administração ligada ao Ensino Básico (Apêndice)	89.470,89
Valor referente a despesas consideradas na Administração ligada ao Ensino Básico (12.122, 12.123 e 12.128) em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	25.430,00
Resultado líquido das transferências do Fundeb	12.763.174,01
Receita de aplicação financeira dos recursos do Fundeb	119.187,33
Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do Fundeb (FR 18)	5.978,58
Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do Fundeb (FR 19)	42,81
Total das deduções consideradas para fins de Limite Constitucional	20.656.875,43

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Sentenças Judiciais* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 91)	859.608,31
Executivo: Despesas de Exercícios Anteriores* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 92)	870,00
Total das Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	860.478,31
Legislativo: Despesas de Exercícios Anteriores* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 92)	54.871,91
Legislativo: Indenizações e Restituições Trabalhistas* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 94)	24.838,42
Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Legislativo	79.710,33

* Fonte Sistema e-Sfinge

Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB	38.428.964,23
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	119.187,33
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2015 Ajustado	627.473,12
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	626.685,95
(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2015	38.547.364,39

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

Obs.: O saldo financeiro do FUNDEB em 31/12/2015 foi ajustado (R\$ 653.228,08 (-) R\$ 25.754,96), em razão da existência de restos a pagar inscritos nos (2) dois últimos exercícios anteriores ao analisado, pendentes de pagamento e com cobertura financeira no exercício em que foram inscritos no valor de R\$ 25.754,96.

APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	2015	304	1.235.042,60	1.234.336,17	1.229.260,82
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2015	301	14.872.655,67	14.618.899,97	14.398.625,14
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2015	302	21.397.904,83	21.146.755,49	21.112.843,77
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2015	304	121.034,20	119.282,44	118.720,24
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2015	305	610.392,85	566.439,07	560.958,04
TOTAL			38.237.030,15	37.685.713,14	37.420.408,01

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Brusque	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	122	7384	10/12/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU	53,20	53,20	53,20	IMPORTE QUE SE EMPENHA REF. MULTA DE TRANSITO 00803454789456E NA CIDADE DE BLUMENAU NO DIA13/07/2015 18 - ESTACIONAMENTO EM DESACORDO C/REGULAMENTAÇÃO - VAGA DE IDOSO - VEÍC. MOD. FORD TRANSIT , PLACA MGG5677, MOTORISTA ALEXANDRE FERREIRA CORREIA 12/2015
Fundo Municipal de Saúde de Brusque	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	122	4822	27/07/2015	VIROART INDUSTRIAL E SERVIÇOS LTDA ME.	39,00	39,00	0,00	OC 1601/2015 - IMPORTE QUE SE EMPENHA REF. AQUISIÇÃO DE 01 PLACA HOMENAGEM GRAVADA EM ACM 3MM PRETO, 30 X 40 CM ADESIVA E COLORIDA (PARTE EXTERNA), MATERIAL É NECESSÁRIA PARA IDENTIFICAÇÃO DA SOLENIDADE QUE SERÁ REALIZADA NA INAUGURAÇÃO DA CENTRAL DE AGENDAMENTO DA POLICLÍNICA POSSIVELMENTE EM 03/08/15. REQUISIÇÃO: 480/2015.
Fundo Municipal de Saúde de Brusque	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	122	6879	04/11/2015	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES	85,13	85,13	85,13	IMPORTE QUE SE EMPENHA REF A MULTA DE NÚMERO E005893197-7455 DO DIA 17/04/2013 AS 16H33MIN EM LAGES PELO MOTORISTA GILBERTO VECHI.
Fundo Municipal de Saúde de Brusque	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	122	6881	04/11/2015	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES	85,13	85,13	85,13	IMPORTE QUE SE EMPENHA REF A MULTA DE NÚMERO E005959946-7455 DO DIA 17/04/2013 AS 19H07MIN EM POUSO REDONDO DO MOTORISTA GILBERTO VECHI POR TRANSITAR EM VELOCIDADE ACIMA DO PERMITIDO.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Brusque	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	305	4247	25/06/2015	MUNICIPIO DE ITAJAI	85,12	85,12	85,12	IMPORTE QUE SE EMPENHA REF A MULTA DE TRANSITO DE NÚMERO 54020876N DO DIA 19/01/2015 DO VEICULO SPIN MMM7465 LEVADO PELO MOTORISTA JOEL DA SILVA BOMFIM.
Fundo Municipal de Saúde de Brusque	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	305	4248	25/06/2015	MUNICIPIO DE ITAJAI	85,12	85,12	85,12	IMPORTE QUE SE EMPENHA REF A MULTA DE TRANSITO DE NÚMERO 8749474638 DO DIA 26/11/2014 DO VEICULO SPIN MMM7465 LEVADO PELO MOTORISTA JOEL DA SILVA BOMFIM.
Fundo Municipal de Saúde de Brusque	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	122	102	02/01/2015	8 SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	85,13	85,13	85,13	IMPORTE QUE SE EMPENHA REF A MULTA DE TRANSITO DE NÚMERO R263100127-7455 NO DIA 25/08/2014 DO MOTORISTA FABRICIO SECCO
Fundo Municipal de Saúde de Brusque	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	122	4023	22/06/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR	68,10	68,10	68,10	IMPORTE QUE SE EMPENHA REF A MULTA DE TRANSITO DO CELTA MGV6949, COM NÚMERO 8590075941 NO DIA 11/03/2015 PELA CONDUTORA MIRIAM S. SASSI SCHAEFER.
Fundo Municipal de Saúde de Brusque	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	305	4029	22/06/2015	MUNICIPIO DE BRUSQUE	85,12	85,12	85,12	IMPORTE QUE SE EMPENHA REF A MULTA DE TRANSITO DO CORSA MJJ7203, COM NÚMERO 54941808E NO DIA 05/02/2015 PELO CONDUTOR LUIZ DANIEL DE BARROS SANCHEZ..
Fundo Municipal de Saúde de Brusque	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	305	4027	22/06/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU	85,12	85,12	85,12	IMPORTE QUE SE EMPENHA REF A MULTA DE TRANSITO DO SPIN MMM7465, COM NÚMERO 8800010875 NO DIA 16/12/2014 PELA CONDUTOR JOEL DA SILVA BOMFIM.
Fundo Municipal de Saúde de Brusque	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	305	4025	22/06/2015	8 SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	68,10	68,10	68,10	IMPORTE QUE SE EMPENHA REF A MULTA DE TRANSITO DO SPIN MMM7465, COM NÚMERO R271052848 NO DIA 11/02/2015 PELA CONDUTOR JOEL DA SILVA BOMFIM.
Fundo Municipal de Saúde de Brusque	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	122	7647	28/12/2015	8 SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	85,13	85,13	0,00	IMPORTE QUE SE EMPENHA REF A VALOR DA MULTA R266254535 RECEBIDA PELO MOTORISTA JOEL DA SILVA BOMFIM NO DIA 19/11/2014 EM BIGUAÇU COM A SPIN DE PLACA MMM7465.
Fundo	02 - Receitas	122	7419	10/12/2015	PREFEITURA MUNICIPAL	53,20	53,20	53,20	IMPORTE QUE SE EMPENHA REF. MULTA DE TRANSITO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Saúde de Brusque	de Impostos e Transf de impostos: Saúde				DE BLUMENAU				00803454064540N NA CIDADE DE BLUMENAU NO DIA18/08/2015 - MULTA POR NÃO INDICAÇÃO DO INFRATOR, IMPOSTA A PESSOA JURIDICA - VEÍC. MOD. FORD TRANSIT , PLACA MGG5677, MOTORISTA ALEXANDRE FERREIRA CORREIA 12/2015
Fundo Municipal de Saúde de Brusque	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	302	326	02/01/2015	ASSOCIACAO BRUSQUENSE DE PROTECAO AOS ANIMAIS - ACAPRA	12.000,00	12.000,00	12.000,00	OC 56/2015 - IMPORTE QUE SE EMPENHA REF A TRANSFERENCIA DE RECURSOS POR PARTE DO CONCEDENTE, A TITULO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA DESTINADOS A EXECUÇÃO DO PROJETO DE CONTROLE DE ZONOSSES E DA POPULAÇÃO ANIMAL NAS RUAS DE BRUSQUE, CONFORME CONVENIO NR. 018/2014 PRIMEIRO TERMO ADITIVO
TOTAL						12.962,60	12.962,60	12.838,47	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	2015	365	110.836,19	110.836,19	110.836,19
36 - Salário-Educação	2015	365	2.514.687,18	2.242.983,13	2.205.133,59
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2015	365	37.047,62	37.004,72	36.589,77
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	2015	365	32.697,40	32.697,40	32.697,40
TOTAIS			2.695.268,39	2.423.521,44	2.385.256,95

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Brusque	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	7036	29/05/2015	FOLHA PAGAMENTO..... DE	34.035,11	34.035,11	34.035,11	Importe que se empenha referente ao pagamento de estagiários lotados neste órgão/setor. (Maio de 2015)
Prefeitura Municipal de Brusque	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos:	365	7037	29/05/2015	FOLHA PAGAMENTO..... DE	29.722,21	29.722,21	29.722,21	Importe que se empenha referente ao pagamento de estagiários lotados neste órgão/setor. (Maio de 2015)

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Brusque	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	7038	29/05/2015	FOLHA DE PAGAMENTO.....	22.194,89	22.194,89	22.194,89	Importe que se empenha referente ao pagamento de estagiários lotados neste órgão/setor. (Maio de 2015)
Prefeitura Municipal de Brusque	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1370	05/02/2015	SETE BIGUACU SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA ME	8.000,00	8.000,00	8.000,00	REFERENTE A AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA PARA ESTUDO DE IMPLANTAÇÃO DA HORA ATIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL, ACOMPANHAMENTO IN LOCO NAS REUNIÕES COM SINDICATO E UTRAS, PARA APRESENTAÇÕES E ESCLARECIMENTOS DO PLANO DE AÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DA HORA ATIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS. O PAGAMENTO SERÁ FEITO EM DUAS PARCELAS DE R\$ 4.000,00. REQUISIÇÃO Nº 020/2015
TOTAL						93.952,21	93.952,21	93.952,21	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	2015	361	157.274,33	157.274,33	157.274,33
36 - Salário-Educação	2015	361	2.695.777,29	2.632.834,11	2.607.259,99
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2015	361	37.975,93	37.575,93	28.096,50
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	2015	361	1.868.858,50	1.851.248,72	1.849.872,56
TOTAL			4.759.886,05	4.678.933,09	4.642.503,38

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Brusque	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2476	18/02/2015	MUSICAL JOINVILLE COM. DE INST. MUSICAIS	25.562,98	25.562,98	25.562,98	AQUISIÇÃO DE 07 UN DE BOMBO 30 - 08 UN DE CAIXA DE GUERRA - 06 UN DE SURDO MÉDIO - 06 UN DE CAIXA TENOR - ENTRE OUTROS INSTRUMENTOS MUSICAIS NECESSÁRIOS PARA ATENDER AS BANDAS E FANFARRAS DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL: JOSÉ VIEIRA CORTE; GEORGINAC. R. DA LUZ; LUIZ GONZAGA STEINER; OSCAR MALUCHE; ALBERTO PRETTI; AUGUSTA DUTRA DE SOUZA; ISaura G. GEVAERD E POÇO FUNDO. ATA R.P. Nº 75/2014 - SOLICITAÇÃO 107/2015.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Brusque	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2478	18/02/2015	MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA	30.205,80	30.205,80	30.205,80	AQUISIÇÃO DE 65 UN DE ESTANTES PARA PARTITURAS - 08 UN DE LIRAS 29 TECLAS - 11 UN PRATOS 14 - 03 UN DE ESTANTES PARA PARTITURA PRANCHETA - ENTRE OUTROS INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ATENDER AS BANDAS E FANFARRAS DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL: JOSÉ VIEIRA CORTE; GEORGINAC. R. DA LUZ; LUIZ GONZAGA STEINER; OSCAR MALUCHE; ALBERTO PRETTI; AUGUSTA DUTRA DE SOUZA; ISaura G. GEVAERD E POÇO FUNDO. A.R.P. nº 75/2014 - SOLICITAÇÃO 106/2015.
Prefeitura Municipal de Brusque	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	7574	11/06/2015	ASSOCIACAO PELA SAUDE EMOCIONAL DE CRIANCAS	44.300,00	44.300,00	44.300,00	CONTRATAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PELA SAÚDE EMOCIONAL DE CRIANÇAS - ASEC, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA AMIGOS DO ZIPPY, CONFORME CONTRATO NR. 34/2015.
Prefeitura Municipal de Brusque	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1646	10/02/2015	SERGIO MOHR ME	203,00	203,00	203,00	REFERENTE A AQUISIÇÃO MAÇANETA PARA ATENDER AS BANDAS E FANFARRAS DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL: JOSÉ VIEIRA CORTE; GEORGINAC. R. DA LUZ; LUIZ GONZAGA STEINER; OSCAR MALUCHE; ALBERTO PRETTI; AUGUSTA DUTRA DE SOUZA; ISaura G. GEVAERD E POÇO FUNDO. REQUISIÇÃO Nº 032/2015
Prefeitura Municipal de Brusque	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	7540	11/06/2015	MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA	425,00	425,00	425,00	REFERENTE AQUISIÇÃO DE 25 FLAUTAS DOCE, MATERIAL PARA ATENDER O PROJETO MÚSICA NA E.E.F. THEODORO BECKER. REQUISIÇÃO: 357/2015.
TOTAL						100.696,78	100.696,78	100.696,78	

Outras despesas dedutíveis com Administração ligada ao Ensino Básico(12.122):

Fonte de Recursos	Sub Função	NE	Data Empenho	Credor	Vi. Empenho (R\$)	Vi. Liquidado (R\$)	Vi. Pago (R\$)	Histórico
1	122	4598	06/04/2015	ADAM DISTRIBUIDORA LTDA ME	22.958,5	22.958,5	22.958,5	AQUISIÇÃO DE 30 PARES DE SAPATOS DE SEGURANÇA FEMININO Nº 34 - 50 PARES DE SAPATOS DE SEGURANÇA FEMININO Nº 35 - 80 PARES DE SAPATOS DE SEGURANÇA FEMININO Nº 36 - 90 PARES DE SAPATOS DE SEGURANÇA FEMININO Nº37 - 70 PARES DE SAPATOS DE SEGURANÇA FEMININO Nº 38 - 30 PARES DE SAPATOS DE SEGURANÇA FEMININO Nº 39 - 15 PARES DE SAPATOS DE SEGURANÇA FEMININO Nº 40 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA GARANTIR E PRESERVAR A SAÚDE E INTEGRIDADE DOS TRABALHADORES FRENTE AOS RISCOS DOS AMBIENTES DE TRABALHO. ATA 010/2015.

								REQ. 176/2015.
1	122	14591	10/11/2015	ARMANDO GONCALVES ESPORTES ME	4.180,	4.180,	4.180,	PAGAMENTO DE 20 DIÁRIAS SERVIÇO DE ÁRBITRO NA MODALIDADE DE HANDEBOL, 20 DIÁRIA SERVIÇO DE MESÁRIO NA MODALIDADE DE HANDEBOL NOS JOGOS ESCOLARES. REQUISIÇÃO 284/2015.CONTRATO Nº02/2014
1	122	1357	04/02/2015	EIF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	400,	400,	400,	REFERENTE A AQUISIÇÃO DE 02 PLACAS DE AÇO INOXIDÁVEL 0,6 MM 30 CM X 40 CM, NECESSÁRIAS PARA INAUGURAÇÃO DA ESCOLA PROFESSORA GEORGINA E ESCOLA POÇO FUNDO. REQUISIÇÃO Nº 113/2015.
1	122	4648	09/04/2015	EIF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	200,	200,	200,	REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PLACA DE HOMENAGEM GRAVADA EM ACM, PARA INSTALAÇÃO NO GINÁSIO POLIESPORTIVO MARCELINO PEDRO PEREIRA - ESCOLA OSCAR MALUCHE
1	122	1157	30/01/2015	FLOREARIA VERDELANDIA LTDA - ME	1.835,	1.835,	1.835,	AQUISIÇÃO DE 10 VASOS DE ALPINIA RUBRA COM 30-40 CM - 02 UN ARRANJOS DE FLORES MISTO CÔNICO - 25 VASOS DE AZALÉIA ANÃ COLORIDA EM VASO - 10 VASOS DE CRISÂNTOMO BOLA BELGA - 05 VASOS KAISUKA 250 CM EM VASO - 03 UN PAINEL DE TECIDO CORES VARIADAS- PARA ATENDER AS FORMAÇÕES E EVENTOS OFERECIDOS POR ESTA SECRETARIA .ATA 049/2014 - SOLICITAÇÃO 087/2015.
1	122	1312	02/02/2015	FLOREARIA VERDELANDIA LTDA - ME	21.008,	21.008,	21.008,	AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS ACIMA DESCRITOS PARA ATENDER AS FORMAÇÕES E EVENTOS OFERECIDOS POR ESTA SECRETARIA .
1	122	4364	30/03/2015	FLOREARIA VERDELANDIA LTDA - ME	150,	150,	150,	AQUISIÇÃO DE 01 VASO DE BROMÉLIA BLANCHETIANA 70 CM EM POTE DE 18 LITROS - 01 UN DE ARRANJO DE FLORES MISTO CASCATA 100 CM - PARA ATENDER A DECORAÇÃO DE ESPAÇOS QUE ATENDERÃO A FORMAÇÕES OFERECIDAS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃOATA R.P.N. 049/2014 - SOLICITAÇÃO 278/2015.
1	122	3278	06/03/2015	FLOREARIA VERDELANDIA LTDA - ME	300,	300,	300,	AQUISIÇÃO DE 04 UN ARRANJO DE FLOR NATURAL VARIADA EM SUPORTE DE MESA E 01 UN ARRANJO DE FLORES MISTO CÔNICO MÉDIO, NECESSÁRIOS PARA ATENDER A EVENTOS E FORMAÇÕES OFERECIDOS POR ESTA SECRETARIA. ATA 049/2014.
1	122	5639	24/04/2015	INFOHARD INFORMÁTICA LTDA.	46,	46,	46,	REFERENTE A AQUISIÇÃO DE 02 UNIDADES DE CABO HDMI 3 M PARA ATENDER AOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL QUE ACONTECEM NA CHÁCARA EDITH E HORTO FLORESTAL.
1	122	3591	13/03/2015	KOPAN PANIFICADORA E CONFEITARIA LTDA	1.609,59	1.609,59	1.609,59	AQUISIÇÃO DE 2 KGS MINI PÃO DE QUEIJO, 500 UND AÇUCAR SACHE 40 GR., 02 UND BOLO DE CENOURA GRANDE 40X60, 08 UND GARRAFA CAFÉ PRETO GARRAFA 1.8 LTS E NTR E OUTROS, PARA ATENDER AO 1º SEMINÁRIO SOBRE VIOLÊNCIAS - PROGRAMA SAÚDE ESCOLAR, PARA PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SAÚDE. ATA DE REGISTRO DE PREÇO NR. 33/2014
1	122-Administração Geral	9891	27/07/2015	KOPAN PANIFICADORA E CONFEITARIA LTDA	569,89	569,89	569,89	AQUISIÇÃO DE 100 UN AÇUCAR SACHE, 4 G, 5 UN DE BOLO E CENOURA GRANDE 40 X 60, 20 UN DE LEITE LONGA VIDA SEMI DESNATADO, CAIXA DE 1 LITRO, 10 L DE SUÇO VÁRIOS SABORES, CAIXA TETRAPAC, 1 LITRO, 3 UND DE CUCA VÁRIOS SABORES ENTRE OUTROS ITENS, NECESSÁRIOS PARA ATENDER AS FANFARRAS QUE VIRÃO PARA BRUSQUE PARTICIPAR DO DESFILE COMEMORATIVO DO DIA 4 DE AGOSTO. CAFÉ DEVE SER ENTREGUE NO TIRO DE GUERRA AS 7:30 HR DA MANHÃ. ATA Nº 033/2014

1	122- Administração Geral	10386	31/07/2015	MARIA TOLL EPP	483,	483,	483,	REFERENTE AQUISIÇÃO DE 21 CAIXAS DE ÁGUA EM COPO (CXS COM 48 COPOS) PARA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL QUE IRÃO PARTICIPAR DO DESFILE EM COMEMORAÇÃO AO DIA 04 DE AGOSTO.
1	122- Administração Geral	9527	15/07/2015	RIPSTOP LTDA ME	2.444,4	2.444,4	2.444,4	REFERENTE AQUISIÇÃO DE 28 PARES DE CORTUNO SOLADO COSTURADO E 28 CINTOS DE LONA COM FIVELA PRETA, MATERIAIS ACIMA LISTADOS PARA ATENDER O FARDAMENTO DO PROJETO PROTETOR AMBIENTAL PARA O DESFILE COMEMORATIVO DE 4 DE AGOSTO. REQUISIÇÃO: 452/2015.
0	122- Administração Geral	5877	30/04/2015	ROSE VIAGENS E TURISMO LTDA ME	24.792,	24.792,	24.792,	AQUISIÇÃO DE 08 PASSAGENS AEREAS INTERCAMBISTAS FNS/GARULHOS/FNS, TERMO DE PARCERIA COM A REGIÃO DE KARLSRUHE, ESTADO DE BADEN WURTTEMBERG, NA FORMA DO ART. 2º DA LEI MUNICIPAL 3385/2011, ESTUDANTES BRUSQUENSES MARTINA VITERITTE BADO, RICHARD ARIEL KLANN, VINICIUS MATHEUS KNIHS, TAINA SCHWAMBERGER, THAIS MOSER NASCIMENTO, GABRIELA BECKER, JOANA BAMBINETTI, ROSANA PAZA. REQUISIÇÃO 116/2015
1	122- Administração Geral	6111	13/05/2015	TASK SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO S/A.	1.672,4	1.672,4	1.672,4	REFERENTE AQUISIÇÃO DE 4000 UN. DE CARTÃO PVC BRANCO CR80 LISO, PARA ATENDER AO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO. REQUISIÇÃO: 280/2015.
1	122- Administração Geral	9223	08/07/2015	TASK SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO S/A.	6.705,11	6.705,11	6.705,11	REFERENTE AQUISIÇÃO DE UMA IMPRESSORA DE CARTÃO DATACARD PARA SER UTILIZADA NO TRANSPORTE PARA FAZER CRACHÁS AOS UNIVERSITÁRIOS, PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. REQUISIÇÃO: 433/2015.
1	122- Administração Geral	9884	27/07/2015	VIROART INDUSTRIAL E SERVIÇOS LTDA ME.	117,	117,	117,	REFERENTE AQUISIÇÃO DE 3 PLACA DE ACM 3MM ADESIVADA, 30X40CM. PARA A INAUGURAÇÃO DA ALA PROFª. MONIKE FISCHER CEI SOFIA DUBIELA NO DIA 03/08/2015. REVITALIZAÇÃO DE E.E.E. PROFº JOSÉ VIEIRA CÔRTE NO DIA 05/08/2015 E REVITALIZAÇÃO DO CEI PAQUETÁ NO DIA 06/08/2015, REQUER A CONFECÇÃO DE 3 PLACAS DE ACM EXTERNAS. REQUISIÇÃO 439/2015.
TOTAL					89.470,89	89.470,89	89.470,89	

Cálculo Detalhado do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso

A - RECURSOS VINCULADOS										
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)					SUPERÁVIT/ DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTES	COM RPPS	DO RPPS	AJUSTE RPPS	EXCLUÍDO RPPS	
00	14.903.866,81	4.630,43	16.342,61	1.824.359,32		13.058.534,45	89.446,16		12.969.088,29	SUPERAVIT
01	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
02	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
03	34.331.932,64	0,00	744,61	792,07		34.330.395,96	34.330.395,96		0,00	SUPERAVIT
04	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
05	4.209.764,15	0,00	0,00	0,00		4.209.764,15	4.209.764,15		0,00	SUPERAVIT
06	27.063,24	6.342,29	5.184,66	706,43		14.829,86	0,00		14.829,86	SUPERAVIT
07	1.204,09	0,00	0,00	0,00		1.204,09	0,00		1.204,09	SUPERAVIT
08	2.271.928,79	0,00	0,00	32.478,94		2.239.449,85	0,00		2.239.449,85	SUPERAVIT
09	77.868,97	0,00	0,00	0,00		77.868,97	0,00		77.868,97	SUPERAVIT
10	204.018,38	0,00	0,00	0,00		204.018,38	0,00		204.018,38	SUPERAVIT
11	583.317,27	61,00	4.226,45	14.329,54		564.700,28	0,00		564.700,28	SUPERAVIT
12	2.026.636,72	434,50	12.800,50	141.086,84		1.872.314,88	0,00		1.872.314,88	SUPERAVIT
18	391.211,00	224.106,97	166.125,15	191,71		787,17	0,00		787,17	SUPERAVIT
19	262.017,08	249.789,63	12.227,45	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
31	21.672,71	0,00	0,00	0,00		21.672,71	0,00		21.672,71	SUPERAVIT
32	741.521,90	0,00	0,00	57,00		741.464,90	0,00		741.464,90	SUPERAVIT
33	286.908,92	0,00	0,00	0,00		286.908,92	0,00		286.908,92	SUPERAVIT
34	2.916.879,36	30.355,82	456.986,05	793.791,26		1.635.746,23	0,00		1.635.746,23	SUPERAVIT

35	567.946,33	13.611,29	48.245,59	45.941,82		460.147,63	0,00		460.147,63	SUPERAVIT
36	1.030.503,98	9.382,09	63.423,66	339.980,23		617.718,00	0,00		617.718,00	SUPERAVIT
37	621.095,08	25,92	9.894,38	18.792,40		592.382,38	0,00		592.382,38	SUPERAVIT
38	3.836.776,07	68.934,63	308.502,21	613.293,67		2.846.045,56	0,00		2.846.045,56	SUPERAVIT
39	174.106,41	25,53	55.789,80	49.042,50		69.248,58	0,00		69.248,58	SUPERAVIT
40	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
41	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
42	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
61	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
62	178.640,54	38,45	1.376,16	17.609,78		159.616,15	0,00		159.616,15	SUPERAVIT
63	169,76	0,00	0,00	0,00		169,76	0,00		169,76	SUPERAVIT
64	1.125.247,38	1.616,14	67.155,65	0,00		1.056.475,59	0,00		1.056.475,59	SUPERAVIT
65	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
66	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
67	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
68	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
80	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
81	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
82	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
83	44.864,99	0,00	0,00	43.865,00		999,99	0,00		999,99	SUPERAVIT
84	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
85	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
86	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
87	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
88	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
89	2.518.871,60	0,00	0,00	0,00		2.518.871,60	0,00		2.518.871,60	SUPERAVIT



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

93	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
T.	73.356.034,17	609.354,69	1.229.024,93	3.936.318,51	0,00	67.581.336,04	38.629.606,27	0,00	28.951.729,77	

B	RECURSOS ORDINÁRIOS						
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)		SUPERÁVIT/DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA AJUSTADA	
0	4.550.999,32	702.145,72	2.131.241,37	404.928,57		1.312.683,66	SUPERAVIT
1	839.278,16	103.942,33	1.877.353,86	4.840,30		-1.146.858,33	DÉFICIT
2	1.694.142,37	364.738,72	1.238.853,33	90.083,34		466,98	SUPERAVIT
T.	7.084.419,85	1.170.826,77	5.247.448,56	499.852,21	0,00	166.292,31	